

# A formação política de jovens no ambiente escolar mineiro

The political formation of young people in the Minas Gerais school environment

Alexandre Barbosa PETERMANN<sup>1</sup>  
Tiago Zanquêta de SOUZA<sup>2</sup>

## Resumo

Este artigo tem por tema a formação política de jovens pela escola, considerando-se a ausência destes do cenário político-eleitoral. Objetiva analisar e compreender as contribuições de uma escola estadual da cidade de Uberaba/MG para a formação política desses jovens. A metodologia é de abordagem qualitativa, valendo-se da pesquisa documental e de campo. Por meio da Análise Temática, apresenta-se o tema “Papel da Escola na Formação dos Jovens”. Como resultados, verificou-se que os professores adotam práticas ativas de socialização política. Entretanto, a escola ainda reproduz práticas autoritárias e indiferentes às ideias juvenis, prejudicando a construção do conhecimento pela juventude escolar.

Palavras-chave: Juventude. Escola. Política.

## Abstract

This article has as its theme the political formation of young people at school, considering their absence from the political-electoral scenario. It aims to analyze and understand the contributions of a state school in the city of Uberaba/MG/Brazil to the political formation of these young. The methodology has a qualitative approach, making use of documental and field research. Through Thematic Analysis, the theme “Role of the School in the Training of Young People” is presented. As a result, it was found that teachers adopt political socialization active practices. However, the school still reproduces authoritarian and indifferent practices to youthful ideas, harming the construction of knowledge by school youth.

Keywords: Youth. School. Politics.

---

1 Mestre em Educação pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Pós-graduado em Direito Processual pela Universidade do Sul de Santa Catarina / Curso Luiz Flávio Gomes (Dezembro/2008). Atualmente exerce a função de chefe do cartório da 347ª Zona Eleitoral de Uberaba, estando no Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Minas Gerais desde fevereiro/2011. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1553032350102367>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7922-4052>. E-mail: [alexandrebp1198@gmail.com](mailto:alexandrebp1198@gmail.com)

2 Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenador e professor do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UNIUBE-Uberaba) e professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPGPE-UNIUBE-Uberlândia). Segundo líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Educação na Diversidade para a Cidadania (GEPEDiCi), vinculado ao PPGE/Uniube-Uberaba. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2263664575012618>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2690-4177>. E-mail: [tiago.zanqueta@uniube.br](mailto:tiago.zanqueta@uniube.br)

## Introdução

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Mestrado em Educação, realizada entre 2020 a 2022, que se iniciou motivada pela experiência de um dos seus autores como servidor da Justiça Eleitoral, no atendimento aos jovens eleitores, com idades entre 16 e 17 anos, considerados eleitores facultativos, que compareciam para o alistamento eleitoral. No comparecimento, os mesmos se apresentavam, em maioria, despreparados para o exercício da política eleitoral-partidária na sociedade e manifestavam não ter intensão de um exercício efetivo de uma cidadania ativa.

Essa constatação solidificou-se quando da participação no Projeto “Eleitor do Futuro”<sup>3</sup>, nas escolas do ensino médio de Uberaba/MG, em conversas com os jovens, já que diversas foram as reclamações desses sobre o sistema político como um todo, sem muito conhecimento do que é a política efetivamente, restringindo-se apenas à política eleitoral-partidária, bem como não terem intensão de buscar um maior conhecimento sobre a política ou de participar de forma mais efetiva na vida da sociedade.

Em levantamento realizado junto ao Tribunal Superior Eleitoral<sup>4</sup>, no mês de dezembro de 2021, percebeu-se haver um constante declínio da porcentagem de eleitores facultativos/jovens, com idades de 16 a 17 anos, em comparação com a porcentagem total de eleitores, levando em consideração que no ano 1992, do total do eleitorado brasileiro, 3,57% eram esses jovens eleitores, chegando ao patamar de 0,69% essa porcentagem de eleitores nas Eleições Municipais de 2020. Tal situação pode estar a demonstrar que os jovens estariam cada vez mais perdendo o interesse pela principal forma de exercício de cidadania, que seria a participação, por meio do voto, na escolha de seus representantes nos Poderes Executivo e Legislativo.

Voltando-se para o mundo da educação percebe-se que um dos locais mais relevantes para é a escola, sendo que esta assume, entre suas principais funções sociais, a formação política necessária dos jovens, com

---

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.tre-mg.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/eleitor-do-futuro>. Acesso em: 01 dez. 2021

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/eleitorado>. Acesso em: 01 dez. 2021.

práticas pedagógicas que formem situações concretas de atuação dos mesmos nas inúmeras atividades e deliberações, a princípio no âmbito escolar, assim fomentando uma convivência democrática que possa desempenhar politicamente suas atribuições na vida em sociedade, conforme preconizam Santos; Lima e Vale (2020).

Cabe o alerta de que as escolas vêm sofrendo um processo de silenciamento e opressão de liberdades e de formação de pensadores críticos. Em alguma medida deve-se tal situação ao Movimento Escola sem Partido<sup>5</sup>, que transvestido de um ato de defesa à liberdade de expressão de estudantes e suas famílias, para que haja nas escolas comportamentos imparciais político-partidários, religiosos e de gênero, sem envolvimento de um pensar crítico do mundo, na verdade, expõe-se como um movimento que, de forma falsa, objetiva eliminar liberdades de ser, saber e poder dos estudante e de suas famílias, transgredindo a liberdade de formação dos jovens pelos professores e os princípios constitucionais de igualdade de direitos, liberdade de expressão e da educação como um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, conforme pontuam Moura (2019) e Matos (2017).

Nessa linha, a sociedade mantém um olhar de sucateamento da educação pública pelos poderes institucionais, com baixa qualidade de ensino, salas de aulas lotadas, professores desestimulados, desatualizados e despreparados, e uma infraestrutura abandonada, reforçando pensamentos de escolas que não promovem os jovens para torná-los protagonistas dessa metodologia de ensino e vida, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2019.

---

<sup>5</sup> Movimento que surgiu em 2004, fundado pelo advogado e procurador de São Paulo Miguel Nagib, que indignado com uma aula de história que sua filha participou, em que o professor comparou o revolucionário socialista Che Guevara ao católico São Francisco de Assis, e inspirado em movimentos norte-americanos, criou a ideia de que movimentos esquerdistas estariam camuflados entre os docentes das escolas públicas, realizando uma doutrinação de alunos em contragosto aos pais/responsáveis desses. Ressalta-se que o movimento deixou a rede particular de fora e que Nagib foi um membro do Instituto Liberal de Brasília, cuja missão foi defender e difundir valores neoliberais com o apoio financeiro de grandes grupos econômicos. O referido movimento ganhou uma dimensão nacional, quando o, então, deputado estadual Flávio Bolsonaro solicitou a Nagib a elaboração de um projeto de lei para implantar as ideias do movimento, sendo proposto na Assembleia Estadual do Rio de Janeiro em 2014. Em 2015, o vereador Carlos Bolsonaro apresentou proposta semelhante na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Assim Nagib disponibilizou projetos a nível estadual e municipal no site do Movimento ([www.escolasempartido.org](http://www.escolasempartido.org)), o que resultou em diversas propostas por todo o Brasil (Moura, 2019; Mattos *et al.*, 2017).

Ainda do lado desfavorável para a formação política dos jovens, podem estar as escolas com seus ambientes, muitas vezes, com regras e valores inflexíveis e autoritários, com práticas pedagógicas centradas nos professores, e que não trazem para o debate acadêmico as ideias e os valores dos jovens com suas culturas, gerando um desestímulo na participação dos mesmos.

A verdadeira educação a ser produzida nas escolas deve compreender a necessidade de formação de jovens estudantes com pensamentos críticos, sabedores e compreendedores da vida em sociedade com uma convivência na e para a política, não cabendo a aplicação de formas de sabotagem da aprendizagem. Essa educação deve libertar e humanizar os que estiverem oprimidos na possibilidade de produção do conhecimento, conforme Freire (1996).

Nesse sentido, deve-se entender a educação como política propriamente dita (Freire; Guimarães, 2011), aquela na qual se realiza com a prática de atuações ativas no âmbito da sociedade, principalmente de forma crítica, reflexiva e solidária, com extrema relevância na formação educativa dos jovens.

Com essas ponderações, contemplou-se a possibilidade de analisar as contribuições da escola, enquanto um dos *locus* de socialização e um espaço privilegiado para a produção do conhecimento, na formação política dos jovens, formulando a questão da pesquisa: quais as contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política de jovens? Seguiu-se, assim, com a concretização do objetivo geral de analisar e compreender as contribuições de uma escola estadual de Uberaba/MG para a formação política dos jovens.

Este artigo foi organizado iniciando-se com a apresentação da metodologia utilizada para a produção e análise dos dados. Seguiu-se com o desenvolvimento do aporte teórico dos principais temas tratados na pesquisa, dentre eles a política, o político, a juventude como categoria geracional, o jovem com protagonista, a educação na diversidade para a cidadania, concluindo com contribuições sobre a cultura e a socialização políticas. Partiu-se para uma análise do tema o “Papel da Escola na Formação Políticos dos jovens”, com ponderações relativas aos dados produzidos na pesquisa e ao conhecimento teórico sistematizado. Finaliza-se com considerações e contribuições acerca dos resultados da análise empreendida na pesquisa.

## Metodologia aplicada na pesquisa

A pesquisa realizada está ancorada no método qualitativo, diante da necessidade de realizar uma interpretação dos dados, para encontrar a forma como a escola está contribuindo ou não na formação política dos jovens para o exercício da cidadania, em especial de uma escola estadual da cidade de Uberaba/MG, instituição selecionada para a produção de dados.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador deve se esforçar em interpretar o fenômeno que foi ou será observado, sem se preocupar muito com os números dos dados coletados, por consequência adquirirá dados descritivos (André; Gatti, 2008).

Após um levantamento dos objetivos a serem alcançados com a pesquisa e do quadro da saúde pública da nossa sociedade (Declaração da Organização Mundial da Saúde de pandemia do Coronavírus, causador da COVID-19), decorre-se a realização de uma pesquisa documental e uma pesquisa de campo.

Para a produção dos dados foi necessária a escolha da instituição de ensino, sendo selecionada a Escola Estadual Professora Corina de Oliveira por estar voltada, em especial, ao ensino médio<sup>6</sup>, já que possui em torno de 970 estudantes matriculados, um dos maiores quantitativos da rede, distribuídos em 25 turmas, nos três períodos do dia, com média de 40 estudantes por turma, residentes em vários bairros de Uberaba/MG, com 75% deles residindo em bairros diversos do bairro da escola<sup>7</sup>, possibilitando uma análise diversificada.

Iniciou-se com uma pesquisa documental, embasada no Projeto Político Pedagógico da escola, para verificar quais são as propostas pedagógicas direcionadas para a realização da socialização política dos jovens/estudantes.

Para a pesquisa de campo na escola, decidiu-se, em um primeiro momento, pela utilização de entrevistas semiestruturadas, aplicadas aos professores do ensino médio, da área de Ciências Humanas (Filosofia, Geografia e História), por videoconferência, via *Google Meet*, com

---

<sup>6</sup> Há oferta do Ensino Fundamental da 6<sup>o</sup> a 9<sup>o</sup> ano, no turno vespertino, do Ensino Médio da 1<sup>a</sup> à 3<sup>a</sup> série, nos turnos matutino, vespertino e noturno, e do Curso Normal para Professor de Educação Infantil, no turno noturno.

<sup>7</sup> Informações extraídas do Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino.

duração média de 1 hora, composta de 14 questões, além de outras que surgiram, como recomenda Ludke e André (1986). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Uberaba, com CAAE 4063122.2.000.5145, no dia 16 de dezembro de 2020.

Por intermédio de um dos professores, houve a possibilidade de participar, no mês de abril de 2021, das aulas *online* das 5 turmas do 2º ano do ensino médio, do período matutino. Os estudantes do 1º ano do ensino médio não foram selecionados em razão de estarem em uma faixa etária em torno dos 15 anos de idade, o que lhes impossibilita de realizarem o alistamento eleitoral para exercer o voto como mais um ato de cidadania. Ao tratar dos estudantes do 3º ano, conforme informações dos professores, os referidos estudantes registravam baixa presença nas aulas *online*. Em uma turma com um total de 35 estudantes, em média, apenas em torno de 3 a 5 estudantes frequentavam, o que não configura uma amostra representativa para a pesquisa.

Em seguida, foram aplicados questionários a 14 estudantes (aqueles que se dispuseram a participar)<sup>8</sup>, via *Google Forms*, com 28 questões objetivas e 6 dissertativas, seguindo os ditames de Marconi e Lakatos (2002). Buscou-se alcançar a visão dos jovens de como está sendo a formação político-cidadã dos mesmos pela escola, onde estão ocorrendo possíveis falhas/desincentivos e/ou formas adequadas de socialização política nesses jovens eleitores, e insisto porque não nesses jovens futuros políticos e governantes.

Os dados produzidos foram analisados sob a perspectiva da análise temática, segundo Braun e Clarke (2006) com uma organização, descrição e interpretação dos referidos dados de forma detalhada. Primeiramente, familiarizou-se com os referidos dados. Seguiu-se com a criação dos códigos (codificação) e a respectiva seleção dos extratos dos dados relevantes. Na etapa seguinte, os extratos com ideias semelhantes foram agrupados, além de se ter realizado uma triagem do que era relevante ou não, partindo-se para a criação de temas provisórios importantes e esclarecedores para uma análise completa. Vale ressaltar que esses temas provisórios surgiram tanto por uma análise temática

---

<sup>8</sup> Conforme projeto aprovado pelo CEP/Uniube, os estudantes assinaram o Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE), assim como os responsáveis assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

indutiva, que teve como norte os dados produzidos, como de uma análise temática dedutiva, partindo-se do referencial teórico dos estudos.

As pesquisadoras Braun e Clarke (2006, p. 9) entendem que não há uma fórmula fechada a ser seguida na análise temática, trata-se de uma modalidade flexível, devendo estar bem definida a forma como a análise será conduzida, onde “o importante é que você seja consistente na forma como você faz isso dentro de qualquer análise particular”.

Como já era esperado, foram muitos os extratos selecionados e muitos os temas provisórios criados, o que gerou a necessidade de uma depuração para alcançar-se o(s) tema(s) definitivo(s). Neste artigo, apresentam-se os resultados, como já afirmado anteriormente, de um dos temas definitivos: “Papel da Escola na Formação Política dos jovens”. Para melhor compreendê-lo, no texto, faz-se necessário a apresentação do referencial teórico que subsidiou as análises que foram empreendidas, conforme se verifica a seguir.

## A Política, o Político e a formação da juventude na e pela escola

Para Arendt (2002) a política na Grécia antiga foi considerada como a forma de organização do convívio dos seres humanos na *Polis*, essa pode ter sido a interpretação que inspirou o entendimento de política na atualidade.

A compreensão de política, em um sentido mais amplo, pode ser considerada como um meio para alcançar um fim maior para a sociedade, onde esse fim está em constante mudança a bem e no interesse da sociedade. Assim, sendo a política de grande relevância para a vida em e da sociedade, Arendt (2002, p. 17) assimilou seu significado para a vida dos seres humanos, onde “tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo. Ela possibilita ao indivíduo buscar seus objetivos, em paz e tranquilidade, ou seja, sem ser molestado pela política”.

Para Dussel (2007), o poder do povo surge a partir da vontade dos indivíduos, que vivem em comunidade, de agir com os meios necessários para que sobrevivam, constituindo assim uma vontade-de-

viver que detém uma robustez ou um impulso para sobrepor a necessidade de viver à morte.

Dussel (2007) traz o termo vontade-de-viver como o desejo do indivíduo e do demais membros de sua comunidade de atuar de forma necessária para sobreviver e ter qualidade de vida, sendo a concretização desse desejo o poder do povo. Poder este que busca consensos, com determinados conteúdos e motivações, sendo caracterizado este agir como o poder político. Assim, Dussel (2007, p. 26) apresentou que “quanto ao conteúdo e à motivação do poder, a ‘vontade-de-vida’ dos membros da comunidade, ou do povo, já é a determinação material fundamental da definição do poder político”.

Esse poder político teve suas ações organizadas pela comunidade de forma igualitária, livre e autônoma, com obtenção de consensos, baseada na pluralidade dos indivíduos, onde essa atividade foi definida de política, por Dussel (2007).

Considerando a política como a atividade organizada para garantir a vida dos seres humanos, respeitando a pluralidade e, ao mesmo tempo, a individualidade de todos na convivência entre eles, deve-se, também, construir garantias de direitos iguais aos diferentes. Toda essa organização inicia-se em torno de uma entidade familiar, que liga os diferentes ou semelhantes, conforme lições de Arendt (2002, p. 7): “[...] sob o ponto de vista prático-político, a família ganha sua importância inquestionável porque o mundo assim está organizado, porque nele não há nenhum abrigo para o indivíduo – vale dizer, para os mais diferentes”.

Em seus estudos Arendt (2002) dedicou-se, em determinado momento, aos regimes totalitários, que tentaram aniquilar as liberdades, característica essencial da política, por meio de um tolhimento ou uma opressão graduais da política, buscando uma ruptura total, com repressão e destruição das liberdades e dos direitos dos indivíduos, impondo a eles uma determinada ideologia, impossibilitando qualquer resistência, baseando-se em um terror e em um domínio ideológico. Tal situação foi de encontro ao fim legítimo da política, qual seja, a liberdade, no sentido da livre participação dos cidadãos no âmbito público.

Ainda segundo Arendt (1997) o desenvolvimento desses regimes totalitários, muito provavelmente, deu-se devido ao afastamento dos

cidadãos da participação direta na vida política da sociedade. A referida autora (2002) traz a liberdade como uma essência da política.

Essa liberdade de movimento, seja a liberdade de ir em frente e começar algo novo e inaudito, ou seja, a liberdade de se relacionar com muitos conversando e tomar conhecimento de muitas coisas que, em sua totalidade, são o momento em dado momento, não era nem é, de maneira alguma o objetivo da política; é muito mais o conteúdo e o sentido original da própria coisa política. Nesse sentido, política e liberdade são idênticos e sempre onde existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no sentido verdadeiro. [...] só importa aqui o fato de entendermos liberdade como algo político, e não como o objeto mais elevado dos meios políticos [...] (Arendt, 2002, p. 23).

Cabe o alerta de Arendt (1987 *apud* Winckler, 2004) de que os seres humanos não nascem livres e iguais, conforme expresso pela Declaração Universal de Direitos do Homem, os mesmos se tornam iguais graças a decisões políticas da sociedade. Para que se concretize a igualdade no âmbito público, deve-se garantir a igualdade também no âmbito político, que ocorrerá pela garantia de liberdade com a conquista do espaço público para livre manifestação e a igualdade de papéis, de atividades e/ou de condições no âmbito público.

Com a ideia da política como uma atividade que organiza e promove atividades para o bem da comunidade, é que Arendt (2002) entende o cidadão um ser apolítico, pois a política seria construída entre os indivíduos e suas relações recíprocas, graças a liberdade e a espontaneidade dos diferentes, indo de encontro à ideia da Aristóteles (2001) de que o cidadão seria um animal político por natureza.

Quando se fala em político, Dussel (2007, p. 15) ressalta que “o político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas todos em conjunto”. A vontade-de-viver com consensos, por meios e estratégias factíveis, caracteriza o poder do povo, o qual Dussel (2007) definiu como *potentia*. A partir do momento que a sociedade conclui pela necessidade de institucionalizar-se por uma organização para alcançar fins diversos a seu bem, considerando as diversas funções políticas, com a criação de um poder organizado e a delegação dessas funções, é que surge a *potestas*, ou seja, a delegação do poder político da sociedade a determinados indivíduos

para o exercício das diversas funções (Dussel, 2007).

O membro da sociedade que recebe a delegação do povo é caracterizado como político. Alguns deles atuam por vantagens financeiras e outros por vocação, com motivações advindas das necessidades dos verdadeiros detentores do poder a ele delegado (DUSSEL, 2007). Atuando para atender o povo, o político deve exercer um poder obediencial.

O poder da comunidade (potentia) dá-se nas instituições políticas (potestas) [...] que são exercidas delegadamente por representantes eleitos para cumprir com as exigências da vida plena dos cidadãos [...], com as exigências do sistema de legitimidade [...], dentro do estrategicamente factível (Dussel, 2007. p. 39).

O político é o representante escolhido pelo povo, que cumpre a função da *potestas*, ou seja, exerce por delegação o poder do povo, a *potentia*, sempre buscando satisfazer as exigências, as reivindicações e as necessidades do verdadeiro detentor do poder, no exercício de um poder obediencial, com certa autonomia nas decisões.

Em sentido contrário, o político pode corromper-se, atuando de forma não obediencial, quando busca objetivos pessoais ou de seu grupo, indo na contramão do interesse do povo e exercendo um poder fetichizado, que nega as vontades e necessidades do povo, o real titular do poder político originário, demonstrando uma total desconexão entre a *potentia* e a *potestas* (Dussel, 2007). A fetichização pode ser praticada não só pelo político, quando desvia do seu objetivo fundamental, como também pelo povo, quando consente ou se omite com a atuação corrupta do político.

Diante desse cenário, cabe à sociedade atuar de forma a incentivar a formação e o desenvolvimento da uma juventude que busque o exercício da política como vocação, com “uma fidelidade incorruptível no exercício delegado do poder a favor de seus povos” (Dussel, 2007, p. 38).

A juventude constitui uma categoria apresentada sob diversas visões (Dayrell, 2003, Abramo; Venturi, 2000), que não pode apegar-se para definições taxativas, devendo ser entendida como um momento que contribui na formação do sujeito de forma plural. Foi diante dessa situação que se optou por trabalhar o jovem sob o olhar contemporâneo, com a noção do mesmo como protagonista juvenil em sua sociedade.

A Teoria do Protagonismo Juvenil traz o jovem como um sujeito social, formado com um saber crítico, que não se deixou levar pelas

simplórias verdades socialmente consolidadas, e com um saber radical, um desejo de buscar mais conhecimento, tornando compreensível todo o potencial transformador dele, mostrando uma veia social (Grosso, 2018).

O jovem como um sujeito social caracteriza-se como um ser humano que possui histórias e experiências próprias, vontade de seguir adiante na vida com uma gratificante integração com os demais seres humanos, demonstrando suas individualidades e ideias sobre a sociedade, sempre de forma ativa (Dayrell, 2003).

Para que os jovens sejam protagonistas devem, no âmbito educacional e comunitário, ter uma atuação ativa e efetiva, com propostas construtivas, solidárias e que tenham o condão de trazer soluções aos problemas no âmbito de sua convivência, o que poderá ser alcançado a partir do momento que a própria sociedade mude a visão dos jovens como “problema” para se tornarem uma “solução”.

Abramovay *et al.*, (2002, p. 67) explica que o protagonismo juvenil é dirigido para ações cidadãs, no âmbito educacional, “que prima pelo desenvolvimento de atividade em que o jovem ocupa uma posição de centralidade, e sua opinião e participação são valorizadas em todos os momentos”. Percebe-se, por isso, a primordialidade de busca para formações de jovens com ações efetivas no âmbito sociopolítica da comunidade, a fim de construir um protagonismo nos mesmos, que lhes garantam uma participação ativa, crítica e consciente, desenvolvendo-os como sujeitos sociais de suas próprias mudanças e da sociedade. E essas mudanças podem se dar na e pela escola.

Nesse sentido, Dayrell (1996) apresenta uma ideia inicial da escola como um espaço sociocultural, compreendida na ótica cultural e no resgate do papel dos sujeitos da sociedade que fazem parte como instituição. Em uma visão contemporânea, onde o atuar dos sujeitos torna-se o principal fator, a escola foi considerada como uma conciliadora de valores. A escola foi, formalmente, caracterizada como uma instituição organizada com fins escolares, com funções definidas e hierarquizadas, conseguindo definir regras e relações sociais, e, habitualmente, formada por atores deste cenário, dentre estudantes, professores e demais funcionários que participam e atuam de forma a se relacionarem e criarem uma construção social permanente (Dayrell, 1996).

É nesse espaço da escola que o jovem, uma das figuras centrais deste estudo, busca o conhecimento ou a superação de sua ignorância. Sendo

que ela, na visão de Freire (2001), tem a obrigação universal de ser educativa para atender as demandas e carências educacionais dos jovens. Segundo esse mesmo autor há uma relação clara entre a educação universal e a política.

Enquanto educadora, a Cidade é também educanda. Muito de sua tarefa educativa implica a nossa posição política e, obviamente, a maneira como exercemos o poder na Cidade e o sonho ou a utopia de que embebamos a política, a serviço de que e de quem a fazemos. A política dos gastos públicos, a política cultural e educacional, a política da saúde, a dos transportes, a do lazer. A própria política em torno de como sublinhar este ou aquele conjunto de memórias da Cidade através de cuja só existência a Cidade exerce seu papel educativo. Até aí, a decisão política nossa pode interferir (Freire, 2001, p. 13).

A diversidade é uma questão com certo destaque na vida em sociedade, em especial com a globalização, que trouxe uma ampliação dos meios de comunicação e tem tido manifestações constantes no ambiente escolar.

Hoje não se vive mais em uma sociedade homogênea com definições imutáveis e com visões centradas nos costumes, atitudes e conhecimentos de sua própria sociedade, deve-se estar apto para a convivência não só com os semelhantes, mas também com aqueles que são, que pensam e que agem diferentes do nosso normal, tendo como norte o desenvolvimento e a compreensão do respeito, da empatia e da solidariedade (Cardoso, 2014).

Cardoso (2014, p. 4) ensina que para que haja uma educação voltada para a diversidade deve-se “ensinar e aprender junto com os alunos a conviver com pessoas, destacando nossas diferenças físicas, sociais e culturais”. Com essa ideia de um processo educativo com o ensino de valores para o respeito à diversidade é que se deve direcionar os indivíduos a uma atuação cidadã.

No momento que vem à mente o exercício da cidadania, logo se pensa em cumprimento de deveres e exigência de direitos, tendo esses deveres e direitos sido estabelecidos previamente pelo ordenamento legislativo. Entretanto, tal perspectiva apresenta uma visão parcial do todo, trazendo apenas a caracterização da cidadania passiva.

O interessante a ser desenvolvido com os jovens/estudantes, e com a população de um modo geral, seria um exercício de uma cidadania ativa, aquela na qual os seres humanos devem sentir-se parte de uma sociedade, devem quer e fazer o melhor para essa sociedade, serem conscientes do empenho para construir uma sociedade melhor com uma ação coletiva, que tem a força motriz na ação individual e concreta.

Segundo Cardoso (2014, p. 17): “enquanto a cidadania passiva apenas enfoca direitos e deveres da vida em sociedade, a cidadania ativa refere-se à participação na vida da sociedade”. Deve-se ter ciência de que a prática de atividades que incentivem um exercício ativo da cidadania junto aos jovens/estudantes visa assegurar o futuro de uma sociedade democrática e estimular um pensar coletivo. No âmbito escolar tais práticas podem ser traduzidas em atividades pedagógicas que façam os estudantes participar de decisões da escola, o que lhes trará maior confiança na efetividade de suas participações na sociedade ao longo da vida.

A escola tem como uma de suas funções basilares o desenvolvimento das funções sociais, quais sejam, produção de cultura, oferecimento de oportunidades de construção de saberes e formação de cidadãos conscientes de seus direitos, sendo um ambiente de choques de culturas e entrelaçamento de diversidades. Entretanto, Moreira e Candau (2003, p. 160) apontam que talvez esteja a ocorrer uma homogeneização dos conteúdos do processo escolar, assim havendo um esquecimento da visão de diversidade cultural, onde os indivíduos dessa diversidade “ao penetrarem no universo escolar desestabilizam sua lógica e instalam outra realidade sociocultural”.

É fundamental que a tradição monocultural da escola seja alterada, a fim de ser reconhecida como um local onde ocorrem choques de culturas e entrelaçamento de diversidades. Tal medida impõe aos educadores uma reinvenção de suas posturas, a fim de criarem identificações com as diversas culturas dos estudantes e buscarem uma reinvenção da instituição escolar para se redefinir diante desta multiculturalidade e desta multidiversidade escolar (Moreira; Candau, 2003).

Um ensino escolar voltado para a formação político-cidadão de estudantes passa, necessariamente, por uma compreensão da cultura política, que pode ser caracterizada como ações e comportamentos no âmbito político que os membros da sociedade detêm, bem como a consciência sobre suas funções, que foram adquiridas ao longo da

convivência na sociedade (Schmidt, 2000; Furtado, 2017).

No momento em que se trata da cultura política, cabe a manifestação sobre alguns termos, ainda que de forma resumida, que estão intimamente ligados a ela, quais sejam: a atitude política, a eficácia política e o capital social. A atitude política pode ser traduzida na vontade do indivíduo de atuar quando diante de uma determinada situação política. Já a eficácia política traz a ideia de um sentimento de confiança que o indivíduo tem em si mesmo de que consegue influenciar nas tomadas de decisões no âmbito político. O capital social vem a ser entendido como um sentimento de confiança do indivíduo nos demais membros da sociedade e nas instituições, considerado, ainda, como um pré-requisito para ações conjuntas e cooperativas dos cidadãos (Schmidt, 2000).

Vive-se em um cenário de insatisfação por parte da população com a política brasileira e os jovens seguem nesse mesmo contexto, o que vem causando uma certa apatia e desconfiança da política em si. Schmidt (2000), em seus estudos, apresenta que é necessária uma melhora no capital social da juventude, a fim de incrementar a confiança própria e no outro, gerando uma melhora política e econômica da sociedade. Trabalhar em conjunto a noção do empoderamento dos jovens traz a possibilidade de torná-los mais responsáveis, com suas participações, discussões e decisões consideradas nos rumos das políticas públicas (Silveira; Amorim, 2005).

Cabe ressaltar que a transmissão da cultura política entre os cidadãos ocorre por um processo de socialização política, com a formação de atitudes e orientações políticas. É uma prática educacional realizada junto aos cidadãos mais novos ou às novas gerações sobre as culturas políticas de suas sociedades. Schmidt (2000, p. 57) interpreta a socialização política como: “processo de formação de atitudes políticas nos indivíduos ou, sob o enfoque geracional, o processo de interiorização da cultura política existente em um meio social por parte das novas gerações”.

Devem as instituições de ensino, em conjunto com seu corpo docente, propor novas formas de socializações políticas para garantir uma melhor integração dos jovens ao ambiente escolar e à sociedade. Cabendo, ainda, às escolas compreenderem as manifestações dos estudantes, respeitando e valorizando as diferenças e diversidades, amenizando o autoritarismo escolar e promovendo um enriquecimento das aprendizagens, que potencializarão caminhos favoráveis para um

incremento cultural, político e científico aos educandos. Assim buscando uma autoanálise crítica de seu papel, sem imposição de uma cultura dominante, mas com a integração de diversas culturas (Abramovay; Figueiredo; Silva, 2019).

Para Schmidt (2000, p. 70) a ação de educar robustece sentimentos relacionados à cidadania ativa, à confiança em si e no outro, à solidariedade e à responsabilidade, confirmando essa ideia traz que “a educação é o principal preditor de orientações e valores democráticos – este é um dos grandes insights da socialização política”.

## O papel da escola na formação política dos jovens

Quando se adentra no tema do “Papel da Escola na Formação Política dos Jovens”, percebe-se o quão importante a escola é na formação desses jovens. Averiguou-se que o Projeto Político Pedagógico da escola pesquisa orienta e incentiva seus docentes à construção de um conhecimento crítico junto aos discentes, para que haja práticas pedagógicas ativas, com diálogos abertos e compreensivos, e para que se alcance uma socialização política efetiva.

Dentre os pontos abordados no referido projeto político pedagógico, que convergem ao referencial teórico tratado na pesquisa, chama a atenção que a escola tem ciência de seu mister de socialização política com uma necessária formação política dos jovens, no momento que pretende oportunizar uma gestão democrática escolar com ampla participação dos discentes, o que bem harmoniza com os estudos de Schmidt (2000).

De acordo com os professores entrevistados, são apresentados ensinamentos e dinâmicas aos estudantes, com oportunidades para a produção do conhecimento, na busca de uma formação e uma conscientização político-cidadã, quando há relatos de busca por: “[...]discussões sobre cidadania, de política, tanto lá na ideia inicial, quando eu trabalho civilizações antigas, com o que o homem daquela época pensava sobre cidadania e política e faço uma relação ou reflexão

com o que a gente tem de política hoje [...] (Professor(a) Ariel<sup>9</sup>).

O que se percebe é uma tentativa de alinhamento ao Projeto Político Pedagógico da escola, com buscas de construção de um conhecimento político crítico.

Ao manifestarem que atuam com práticas pedagógicas que levam os estudantes a participarem de discussões e reflexões sobre a política e o ambiente de convivência, há demonstrações de tentativas de combates à educação bancária, uma educação vertical, na qual aos discentes não é oportunizado o desenvolvimento de reflexões e ideias críticas.

Por essas formas de atuação, os professores instruem os estudantes com conteúdo relevantes, possibilitando a construção do saber, que reforça a compreensão de Freire (1996) do ensinar sendo uma intervenção ou ação no mundo, com uma conscientização sobre a política, já que para ele quando se fala em política tem-se em mente que: “[...] Hoje eu já não falo em aspecto político, falo em educação já como política” (Freire; Guimarães, 2011, p. 27).

Estes são momentos que evidenciam, de certa forma, a socialização política dentro da instituição de ensino como formadora e instrutora de orientações, atitudes e saberes no campo político, a fim de levar os estudantes a uma participação ativa no âmbito escolar e uns perante os outros.

Não obstante suas ações, os professores relatam que os estudantes ainda têm pouca reflexão sobre si, pouco interesse pela política e uma diminuta consciência para um atuar a bem da sociedade, conforme segue: “é ruim (participação política dos jovens). Baixa. Acredito que isso ocorre pela falta de compreensão de que você participa politicamente da sociedade querendo ou não e quanto você se isenta também está participando” (Professor(a) Chris). Tal situação leva a acreditar que os estudantes possuam uma consciência ingênua, aquela na qual há noções simplórias sobre os assuntos/problemas tratados, sem uma pretensão de busca por conhecimento e com uma capacidade argumentativa limitada, o que tem a potencialidade de levá-los a julgamentos/decisões embasados mais nas emoções do que na razão (Freire, 1979).

As manifestações dos estudantes também levam a essa pensar, já que apresentam ideias rasas e ilógicas, sem qualquer fundamento,

---

<sup>9</sup> Com o fim de resguardar o anonimato dos participantes, optou-se por utilizar nomes fictícios para estudantes e professores.

conforme manifestações de alguns estudantes, que seguem: “No seu entender, qual é a melhor forma de governo? [...] (X) Ditadura ou democracia não faz diferença (Noah)”; “Você concorda com o direito de voto a partir dos 16 anos? ( ) Sim; (X) Não. Por quê? Apesar de ser bastante interessada na política, não concordo, pois não acho necessário já que o nosso voto nesta idade não é válido (Quinn)”.

Nota-se que, não obstante as práticas dos professores, os estudantes não conseguem (re)produzir um pensar crítico, o que pode demonstrar um resquício de uma prática pedagógica embasada na teoria da consciência bancária, aquela tão criticada por Freire (1979), que considera os estudantes como simplórios espectadores de um suposto ato de ensinar dos professores e que inserem informações nesses estudantes, sem qualquer necessidade de construção de saber crítico, apenas com um dever de memorizar aqueles supostos ensinamentos.

Lado outro, esses mesmos professores relatam que os estudantes começam a demonstrar maior interesse pela política (no caso da entrevista trata-se de uma política eleitoral-partidária) e têm certa dificuldade nas escolhas no âmbito da sociedade (política macro). Tal situação leva a um pensar que os estudantes têm certa curiosidade pelo tema, curiosidade essa que pode ser traduzida como um saber que a realidade é mutável. Assim há um prelúdio de vontade de construir um saber crítico, investigativo e revisor dos saberes que já possuem, ou seja, vislumbra-se uma pretensão para a formação de uma consciência crítica (Freire, 1979).

A maioria dos estudantes (64,28%) apresentam a percepção de que a escola não traz discussões sobre política, com esclarecimentos e enfrentamentos sobre o tema, o que conduz a uma visão de que esses estudantes sabem da importância do tema e que necessitam de mais informações sobre ele, o que caracteriza a necessidade, a busca ou a expectativa por uma consciência crítica.

Confirmando esse cenário de uma formação inicial de uma consciência crítica, estão as manifestações dos estudantes: “Acho importante direcionar desde mais novo o jovem a se inteirar de questões políticas e mostrar que devemos estudar sobre isso e estar dentro das discussões como uma democracia tem que ser” (Andrea); “Todos temos opinião sobre determinado assunto e desde cedo é bom sermos influenciados a obter conhecimento sobre os deveres da sociedade” (Cabele).

Quando os estudantes foram indagados sobre o interesse pela política, 64,28% deles se manifestaram que possuem “pouco interesse” ou “desinteresse”. Acrescentando informações, esses mesmos 64,28% responderam que a escola não apresenta esclarecimentos sobre política em sala da aula. Tal situação pode estar a demonstrar que seja provável que as instituições de ensino estejam falhando em suas práticas pedagógicas voltadas para uma socialização política, o que pode estar a ocasionar o absenteísmo dos jovens no cenário político, mencionado no início deste estudo.

Contatou-se que a escola possui práticas pedagógicas, realizadas pelos seus professores, que buscam um estímulo para o desenvolvimento da conscientização político-cidadã dos jovens, porém não são atingidos os objetivos como se pretende, como a construção robusta e crítica do conhecimento, seja em razão das práticas pedagógicas inadequadas em determinados momentos ou de descrença com a política eleitoral-partidária e com os políticos, o que produz um afastamento dos jovens e da população em geral.

No questionário aplicado aos estudantes foram listados 10 possíveis problemas que o Brasil enfrenta, a corrupção esteve figurando entre os 5 principais problemas para 10 participantes, o que pode demonstrar uma certa influência negativa na formação política e cidadã deles, sendo outra motivação para um possível afastamento dos jovens do cenário político. São várias as manifestações em questões dissertativas nesse sentido, conforme se vê em uma delas: “Muitas vezes somos influenciados pelo que o candidato promete, mas muitas das vezes eles não cumprem, e quando chegam lá roubam, só pensam em si mesmo” (Cabele).

Essa insatisfação dos estudantes com os políticos no exercício de um poder não obediencial (Poder Fetichizado), pode ter potencial para ser outra questão a estar gerando um desestímulo à participação dos jovens na dimensão política.

Voltando-se os olhares para a escola, tem-se uma clara noção de que ela tem como uma de suas funções basilares a realização de um processo de aprendizagem de formas e mecanismos de participação dos estudantes visando uma atuação democrática e que proporcione uma ação pedagógica que incentive a formação protagonista dos estudantes.

Para Freire (1996) a escola tem um papel bem mais amplo do que simplesmente ministrar conhecimentos, deve também, por processos de

socialização política, construir uma educação interventora e transformadora do mundo. Tal ação tem o condão de conscientizar os jovens sobre uma vivência na e para a política na sociedade.

Daniliauskus e Tomizaki (2018, p. 221) têm uma noção muito clara de que as escolas “não têm priorizado a questão da participação como uma dimensão importante do processo educativo vivenciado pelos jovens e nem mesmo os tem informado a respeito dessas instâncias”. Tal visão pode ser confirmada pelos professores/participantes desta pesquisa, ao relatarem realidade semelhante:

Enquanto no Estado a gente vive um tecnicismo, tem se burocratizado muito, mais do que antes, e isso perde muito na flexibilidade da gente poder trabalhar essas questões transversais importantes como a política e a cidadania, que são fundamentais para formação humana. (Professor(a) Ariel).

Então na teoria, nós temos uma teoria maravilhosa com liberdade política, mas no dia-a-dia na escola, ela é altamente opressora [...] o plano diretor da escola é tudo muito bonito, aquele projeto lindo, tem que desenvolver a competência do aluno para ter decisões, a escola é democrática, mas na realidade não é, na prática a escola não é. (Professor(a) Elis).

Pelos relatos dos professores, percebe-se uma instituição de ensino que, dogmaticamente, tem intensão de propagar-se como um ambiente de liberdade e democrático junto aos estudantes, no entanto, a realidade demonstra um ambiente com atitudes, até certo ponto, autoritárias e opressoras, que trazem prejuízo à maleabilidade do ensino ministrado pelos professores e tolhe os estudantes de participarem das decisões dentro da referida instituição ou não se dá importância às ideias/pensamentos desses jovens nas tomadas de decisões.

Tal contexto reforça a ideia de uma educação hierarquizada, sem análises críticas às experiências e conhecimentos dos estudantes, que adentram no ambiente escolar, muitas vezes, pouco aberto aos debates participativos, à resolução conjunta de problemas e à aprendizagem cooperativa, sendo uma questão que tem a potencialidade de afastar os jovens, o que condiz com os pensamentos de Abramovay, Figueiredo e Silva (2019, p. 26):

De fato, a cultura escolar não tem se mostrado receptiva à linguagem e às várias formas de expressão juvenil e não colabora para aumentar o respeito às diferenças e o sentido de alteridade. A cultura escolar hierárquica é pouco sensível ao que chega das ruas, das famílias, das formas de ser e querer dos jovens em suas múltiplas vivências, abstém-se também de promover e elaborar reflexões críticas sobre o autoritarismo da cultura dominante e de investimentos na compreensão crítica das culturas que chegam da rua, da família e das fraternias juvenis. Ao contrário, reproduz a cultura dominante, nega as “transgressoras”, sem análise crítica, o que induz a um clima escolar negativo.

No momento que é relatado, pelo(a) professor(a) Chris, que “o papel fundamental não é cumprido” pela escola, percebe-se que há um autoritarismo escolar, que prejudica não só os estudantes, como os próprios professores que são tolhidos nas suas tentativas de construção do conhecimento junto àqueles.

Para Schmidt (2000) não restam dúvidas sobre a relevância das escolas com suas ações pedagógicas para a formação política dos estudantes. Nesses espaços os jovens têm expectativas de que não haja rigidez nos diálogos e/ou nas convivências e que as práticas ali exercidas proporcionem uma participação democrática na vida escolar. Contudo, os jovens e os próprios professores encontram outra realidade no ambiente escolar, percebem um universo próprio, sem diálogo, autoritário e com um clima democrático minguado, tímido e/ou deficiente.

Castro (2009) e Daniliauskus e Tomazaki (2018) têm um entendimento comum, no qual as escolas, que possuam a pretensão de adotarem práticas de socializações políticas eficazes para com os estudantes, têm o dever de adaptarem suas metodologias de ensino-aprendizagem para que incentivem participações mais ativas dos seus discentes, com atividades, discussões e debates sobre temas relacionados à política e à cidadania. Contudo, para atingirem essa meta, as escolas necessitam renunciar às práticas pedagógicas autoritárias, centradas nos professores, com desconsideração das ideias e manifestações dos estudantes nos processos de ensino-aprendizagem, que geram ineficácia e passividade dos mesmos.

## Considerações possíveis

Do presente estudo, percebe-se que os jovens que participaram da pesquisa demonstraram a visão comum de que a sociedade está a enfrentar um momento político e social nocivo, com desgastes, desilusões, frustrações e, principalmente, desinformações ou desconhecimentos sobre a política e o político, o que vem gerando um certo afastamento na participação no cenário político. A reversão dessa situação verifica-se, possivelmente, com a realização de uma socialização política consciente e crítica, que seria a chave para o encontro de uma liberdade e o fim de uma opressão invisível, que se disfarça de conhecimento, já que se percebe que há um hiato na formação política desses jovens.

Visualizam-se faíscas de um processo formativo e crítico, onde os educadores tentam atuar com práticas pedagógicas ativas, buscando encorajar os estudantes a construir um conhecimento político-cidadão consistente para que, por consequência, exercitem uma cidadania verdadeiramente ativa no âmbito da sociedade. Notam-se instituições de ensino que, formalmente, buscam ser ambientes propagadores da liberdade dos estudantes e de uma gestão democrática, contudo, na realidade têm práticas e direcionamentos autoritários e opressores, com ausência de uma efetiva participação democrática dos estudantes e com prejuízo a maleabilidade no ensino ministrado pelos professores.

Os resultados da pesquisa mostraram que poucos foram aqueles estudantes/participantes que evidenciaram ter certo desejo de construção de um saber crítico, entretanto, sem saber como construí-lo de forma válida. A maior parte deles externaram satisfação com a consciência ingênua que possuem, sem um desejo de desenvolvimento e sem um incentivo necessário para a elaboração de uma consciência crítica.

Portanto, conclui-se que a socialização política proposta pelas principais agências socializadoras, mais especificamente a escola pesquisada, apresenta uma certa deficiência em produzir ou colaborar na construção de sentimentos e comportamentos que conduzam ao exercício de uma cidadania ativa e efetiva na vida em sociedade.

A concretização dessas dinâmicas socializadoras exigirá que as escolas se disponham a uma reflexão para mudança em seus processos pedagógicos, que garantam um protagonismo juvenil, com construções de saberes críticos e de atitudes cidadãs, e uma participação democrática no

ambiente escolar e da sociedade, com incentivos a um incremento nas atitudes políticas, no capital social e na possibilidade de emancipação dos jovens.

Tem-se uma noção de que o ensino ministrado a esses jovens, que adentram em um período que os possibilita exercer uma das principais formas de expressão de cidadania ativa, no caso, o alistamento eleitoral para o exercício do voto nos processos eleitorais, deve ser direcionado de forma detalhada. Tal direcionamento deve ocorrer por meios diretos e/ou transversais/paralelos, com temas relacionados à política macro, aquela que envolve as atuações, decisões, discussões e expressões na vida da sociedade, em que se mostra a influência dessa política no dia a dia de cada indivíduo, com práticas, conversas e discussões, trazendo o jovem para o centro dessa educação política, sem se esquecer de assuntos sobre a política eleitoral-partidária e sobre a representatividade nesse âmbito. Essa mudança de postura, provavelmente, transformará a escola em uma agência de socialização política de maior relevância para os jovens, para os cidadãos e para a comunidade.

Concebeu-se algumas razões que têm levado a um afastamento dos jovens/estudantes do cenário político, sendo certo que a educação é o itinerário a ser seguido para as transformações necessárias, com a demonstração da importância da educação política aos jovens e a toda a população, afinal de contas, a educação é política.

Assim, a convicção de que o presente estudo tem a potencialidade de agregar reflexões sobre a formação política dos jovens, por meio da socialização política, a ser implementada pelas escolas, com consequências na vida da sociedade, mesmo porque se trata de uma questão fundamental para o presente e para o futuro da sociedade, pois a ausência de um povo da vida política de uma sociedade pode levar a um colapso do seu sistema político.

## Referências

ABRAMO, H. W.; VENTURI, G. **Juventude, política e cultura**. 2000. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2000/07/01/juventude-politica-e-cultura/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

ABRAMOVAY, M.; FIGUEIREDO, E.; SILVA, A. P. Relações intergeracionais na escola: poder, disciplina e práticas pedagógicas. *In*: MONTECHIARE, Renata; MEDINA, Gabriel (orgs.). **Juventude e Educação: identidades e direitos**. São Paulo: FLACSO, 2019, p. 24-40. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=juventude-e-educacao-identidades-e-direitos>. Acesso em: 04 abr. 2021.

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.; PINHEIRO, L. C.; LIMA, F. S.; MARTINELLI, C. C. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

ANDRÉ, M. E. D. A.; GATTI, B. A. **Métodos Qualitativos de Pesquisa em Educação no Brasil: origens e evolução**. 2008. Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/pastas-ocultas/bd/pro-reitoria-de-pesquisa-e-pos-graduacao/repositorio-de-arquivos/arquivos-do-programa-de-formacao/modulo-vii-pesquisa-qualitativa-parte-ii/@@download/file>. Acesso em: 15 mai.2020.

ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1997.

ARENDT, H. **O que é Política?** 3.ed. Tradução: Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ARISTÓTELES. **Política**. Texto Integral. Tradução: Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2001.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**. v. 3, ed. 2, p. 77-101, 2006.

CARDOSO, C. M. **Fundamentos para uma Educação na Diversidade**. 2014. Disponível em: [https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155243/3/unesp-nead\\_reei1\\_ee\\_d01\\_s02\\_texto01.pdf](https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155243/3/unesp-nead_reei1_ee_d01_s02_texto01.pdf). Acesso em: 19 abr. 2020.

CASTRO, L. R. Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate. 2009. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

DANILIAUSKUS, M.; TOMIZAKI, K. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1 p. 214-238, abr. 2018.

DAYRELL, J. T. **A Escola como Espaço Sócio-Cultural**, 1996. Disponível

em: <https://ensinosociologia.milharal.org/files/2010/09/Dayrell-1996-Escola-esp%C3%A7o-socio-cultural.pdf>. Acesso em 11 jul. 2020.

DAYRELL, J. T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação** [online], n. 24, p. 40-52, 2003.

DUSSEL, E. **20 Teses de política**. 1ª Ed. Buenos Aires. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO. Trad.: Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. 12.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P; GUIMARÃES, Sérgio. **Lições de casa: últimos diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURTADO, R. B. **Socialização Política e suas Agências Socializadoras em Jovens de Juiz de Fora -MG: uma investigação e um estudo de caso**. 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6606> Acesso em: 17 mar. 2021.

GROPPO, L. A. **Juventude e Práticas socioeducativas**. Alfenas: UNIFAL, 2018. Disponível em <http://www.unifal-mg.edu.br/bibliotecas/ebooks>. Acessado em: 20 jun. 2020.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATTOS, A.; MAGALDI, A. M. B. M.; COSTA, C. M.; SILVA, C. F. S.; PENNA, F. A.; VELLOSO, L.; LEONARDI, P.; ALBERTI, V. Educação e liberdade: apontamentos para um bom combate ao Projeto de Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, G. (org). **Escola “sem” Partido:**

Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro, UERJ, LPP, 2017, p. 35-48.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 156-168, ago. 2003.

MOURA, F. P. **Escola sem Partido: Origens e Ideologias**. 2019. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/escola-sem-partido-origens-e-ideologias/>. Acesso em: 14 set. 2021.

SANTOS, E. M. N.; LIMA, F. W. C.; VALE, C. Decálogo da escola como espaço de proteção social: consolidando a função social da escola como espaço democratizante. **EccoS - Rev. Cient.**, São Paulo, n. 54, p.1-17, jul./set. 2020.

SCHMIDT, J. P. **Juventude e Política nos anos 1990: Um estudo de socialização política no Brasil**. 2000. 392 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SILVEIRA, A. F.; AMORIM, M. S. S. Socialização política e capital social: uma análise de participação da juventude no contexto escolar e político. **Revista Educação Unisinos**, v.9, n. 2, p. 155–163, mai/abr 2005.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019**. São Paulo: Moderna, 2019. Disponível em: <<https://www.todospelaeducacao.org.br/uploads/posts/302.pdf>>. Acesso em 05 abr. 2021.

WINCKLER, S. Igualdade e Cidadania em Hannah Arendt. **Revista Direito em Debate**, v. 12, n. 22, p. 7/22, jul. a dez., 2004.

Recebimento em: 14/04/2022.

Aceite em: 17/01/2024.